



2

0

2

1

Associação Beira Atlântico Parque
Relatório & Contas



ÍNDICE

ÓRGÃOS SOCIAIS	2
CONTEXTO ECONÓMICO E SOCIAL	3
DESEMPENHO DA ABAP EM 2021	7
RECURSOS HUMANOS	8
ANÁLISE ÀS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2021	8
EVOLUÇÃO DO ATIVO	9
EVOLUÇÃO DO CAPITAL PRÓPRIO	10
EVOLUÇÃO DO PASSIVO	11
ESTRUTURA DE RENDIMENTOS	12
ESTRUTURA DE GASTOS	13
RESULTADOS	14
DIAGNÓSTICO ECONÓMICO-FINANCEIRO	15
ANÁLISE FINANCEIRA	15
ANÁLISE DE LIQUIDEZ	16
DÍVIDAS À AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E À SEGURANÇA SOCIAL	17
FACTOS RELEVANTES APÓS O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO	17
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	18

Ph.





Estrutura Associativa

Património Associativo		%
Câmara Municipal de Cantanhede	2.385.360,81	97,586%
Escola Técnico Profissional de Cantanhede	1.000,00	0,041%
AIBILI - Associação para a Investigação Biomédica e Inovação em Luz e Imagem	1.000,00	0,041%
CNC - Centro de Neurociências e Biologia Celular da Universidade de Coimbra	1.000,00	0,041%
Câmara Municipal de Anadia	5.000,00	0,205%
Câmara Municipal de Sever do Vouga	5.000,00	0,205%
AD ELO - Associação de Desenvolvimento Local da Bairrada e Mondego	20.000,00	0,818%
Universidade de Aveiro	5.000,00	0,205%
Câmara Municipal da Mealhada	5.000,00	0,205%
Adega Cooperativa de Cantanhede	5.000,00	0,205%
Câmara Municipal de Vagos	5.000,00	0,205%
Associação Nacional de Empresárias	1.000,00	0,041%
IPN - Instituto Pedro Nunes	5.000,00	0,205%
	2.444.360,81	

Tabela 1 - Estrutura Associativa da Associação Beira Atlântico Parque

Durante o ano de 2021 a estrutura associativa da Associação Beira Atlântico Parque manteve-se inalterada, dos 13 associados, 11 são associados fundadores.

ÓRGÃOS SOCIAIS

Conselho de Administração



Presidente

Dr. Pedro António Vaz Cardoso

Administrador

Dra. Regina Marise Pessoa

Conselho Fiscal



Presidente

Dr. Euclides Gonçalves Carreira

Vogal

Enf. Célia de São José Simões

Vogal

Dr. José Manuel Tarelho Soares

Mesa da Assembleia Geral



Presidente

Prof. Doutor João Filipe C. de Albuquerque Veloso

Secretário

Dr. António José Cruz dos Santos

Secretário

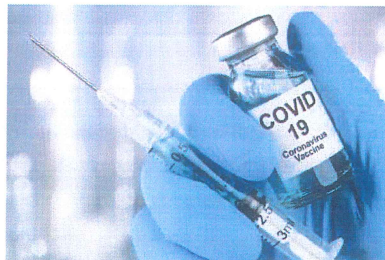
Arq. Gonçalo Magalhães





| CONTEXTO ECONÓMICO E SOCIAL

O ano de 2021, à semelhança do que aconteceu em 2020, foi um ano marcado pela pandemia de Covid-19 e pelas diversas restrições políticas adotadas para a sua contenção, as quais foram variando em função do aparecimento de novas variantes do vírus SARS-Cov-2. Contudo, numa perspetiva positiva, 2021 foi igualmente um ano de



esperança social, com a aprovação das primeiras vacinas pela Agência Europeia dos Medicamentos e consequente avanço na vacinação logo no primeiro trimestre de 2021.

A evolução da atividade ao longo de 2021 foi sendo condicionada por novas vagas da pandemia em toda a Europa e pelos graves problemas sentidos em diversas cadeias de fornecimento globais. A reintrodução de medidas restritivas para conter a pandemia, incluindo a mobilidade internacional, a par do aumento da incerteza, teve impacto no ritmo de recuperação, em particular dos serviços relacionados com o turismo.

Em constante resposta ao desequilíbrio provocado pelo coronavírus, a Comissão Europeia admitiu, à data, que a sua primeira prioridade seria a saúde dos cidadãos, mas a crise do coronavírus representou um enorme choque para a economia europeia e mundial. Dessa forma, a ação das políticas monetárias, orçamentais e prudenciais continuou a ser extremamente decisiva na mitigação da crise e continuará a desempenhar um papel fundamental na dinâmica de recuperação que se espera ir ao encontro de uma recuperação definitiva e estável. Adicionalmente, espera-se que as perturbações nas cadeias de fornecimento globais, que se têm refletido na escassez de matérias-primas e outros bens e num aumento dos seus custos, agora também influenciadas pelos efeitos da guerra entre a Rússia e a Ucrânia, não tenham um efeito nefasto na generalidade da nossa economia.

De acordo com o Boletim Económico do Banco de Portugal de dezembro de 2021, perspetivava-se para 2021 um crescimento do PIB português em torno dos 3,9%. Segundo a mesma fonte, antecipava-se, de igual forma, “uma recuperação da economia portuguesa, enquadrada pelo controlo gradual da pandemia, pela diminuição da incerteza e pelo apoio das medidas de política económica.” Com a evolução negativa da doença no começo do ano, dando seguimento ao verificado no quarto trimestre de 2020, a anterior projeção foi forçosamente revista em baixa nas projeções subsequentes. Nos trimestres seguintes, a recuperação seria, portanto, gradual e





assimétrica entre setores, aliada à solução médica implementada. É possível ainda ler-se no referido documento que seria expectável o PIB português retomar o nível pré-pandemia no final de 2022.

Segundo estimativa rápida realizada pelo Instituto Nacional de Estatística, divulgada a 31 de janeiro de 2022, a economia portuguesa registou um crescimento de 4,9% em 2021, valor acima do inicialmente previsto pelo Governo e pelas principais instituições nacionais e internacionais. Da leitura do referido documento pode concluir-se que o PIB da economia portuguesa registou no 4º trimestre de 2021 uma variação, relativamente ao período homólogo, de 5,8%, indicando um crescimento no PIB de 1,3% face ao trimestre anterior. Para tal contribuiu a aceleração em volume das Exportações de Bens e Serviços, o contributo positivo da procura interna e a perda nos termos de troca, mais intensa do que nos dois trimestres antecedentes, “em resultado do crescimento pronunciado do deflator das importações, nomeadamente de bens energéticos e matérias-primas.” No conjunto do ano 2021, “A procura interna apresentou um contributo positivo expressivo para a variação do PIB”, verificando-se “uma recuperação do consumo privado e do Investimento.”, refere o INE. Com os significativos crescimentos das importações e exportações de bens e serviços, também a procura externa líquida teve um contributo “bastante menos negativo”, comparativamente com 2020.

O cenário expectável para 2022 exige prudência e cautela. Ainda que o conhecimento científico relativamente à Covid-19 seja hoje mais evoluído, as incertezas são ainda consideravelmente grandes a todos os níveis. Prevê-se para 2022 um cenário de endemia, com menor sobrecarga do Sistema Nacional de Saúde, facilitado não só pelo progresso de vacinação no nosso país, como pela menor gravidade dos sintomas associados à infeção provocada pela variante Ómicron (atualmente a mais prevalente no nosso país). Pela sua elevada transmissibilidade, esta última tem possibilitado uma acelerada disseminação do vírus, sem que tal implique um aumento da mortalidade ou um colapso do Serviço Nacional de Saúde.

Nas previsões económicas realizadas pela Comissão Europeia, a 11 de novembro de 2021, admite-se uma recuperação da economia europeia, sustentada pelo avanço da vacinação e o levantamento gradual das restrições até então impostas. No mesmo documento pode ler-se que, ainda durante o ano de 2021, a economia europeia retomou o nível de produção anterior à pandemia, e o cenário macroeconómico prevê-se de crescimento. O cenário macroeconómico efetuado pela Comissão Europeia, para o ano de 2022, aponta no mesmo sentido que a projeção do Banco de Portugal, datada de dezembro de 2021. Segundo esta última, a recuperação da atividade económica traduz-se numa melhoria do mercado de trabalho, com o aumento do



emprego e uma redução da taxa de desemprego para níveis inferiores aos verificados pré-pandemia. Antevê-se uma recuperação forte da atividade económica, com valores do PIB a atingir os 5,8% em 2022, retomando o nível pré-pandemia na primeira metade do ano.

A resposta eficiente do Sistema Nacional de Inovação à crise pandémica provocada pela Covid-19, não desmerecendo o bom trabalho que vinha a ser realizado na área da inovação em anos anteriores à pandemia, mereceu por parte do Governo um reconhecimento especial. Nos próximos anos, dar-se-á continuidade a políticas económicas direcionadas para o apoio a I&D e inovação, especialmente no setor de execução das Empresas. De acordo com a Agência Nacional de Inovação, “a economia portuguesa tem enfrentado inúmeros desafios e profundas transformações estruturais impostas pela abertura a novos mercados, pela alteração dos padrões de consumo, e pelo processo de transformação digital e ambiental.”

No rescaldo de uma pandemia, surge agora uma guerra, preconizada pela Rússia contra o seu país vizinho, a Ucrânia. As suas repercussões a nível mundial são ainda desconhecidas pois irão depender da proporção que esta guerra irá tomar. O reequilíbrio económico, financeiro e social, revelam-se, por isso, incertos e as projeções agora referidas irão naturalmente oscilar em função do desfecho deste violento ato contra a humanidade.

Sendo a inovação a porta para a introdução de ideias promissoras no mercado e o motor para o desenvolvimento económico de um país, dar continuidade às políticas de inovação assume especial importância. E é, por isso, do interesse do Estado garantir o retorno do investimento e apoio dado às empresas de inovação. Alguns dos objetivos dessas políticas traduzir-se-ão na valorização do conhecimento, na criação de melhor emprego e mais qualificado, na criação de uma economia e sociedade mais resilientes e preparadas para a transição “verde e digital” e, sobretudo, na manutenção da competitividade de Portugal a nível internacional. No âmbito de pacotes financeiros como o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), muitos serão os projetos desenvolvidos por estas empresas, as quais beneficiarão desta e de outras iniciativas. Este é, por isso, um momento de algum otimismo face às oportunidades que se anteveem, conforme mencionado.

De acordo com o EY Attractiveness Survey Portugal 2021, Portugal está no TOP 10 dos países mais atrativos para investir. Não obstante, o estudo “Portugal Biotech” publicado pela P-Bio, Associação Portuguesa de Bioindústrias, em junho de 2021, concluiu que a componente do investimento representa a principal barreira encontrada no setor da Biotecnologia. Deste modo,



o apoio público e os programas de financiamento criados para suportar a inovação assume uma relevância acrescida enquanto fator-chave para o desenvolvimento e crescimento económico do país.

Num momento em que as perspetivas económicas se tornam ainda mais incertas, altamente dependentes da evolução da pandemia, do ritmo do reajuste necessário entre a oferta e a procura após reabertura da atividade económica e agora com um conflito no seio de dois países com um impacto significativo na economia global, a palavra de ordem é “Prudência”. Embora se projetasse um perfil de recuperação para 2022, o seu ritmo será condicionado pelo impacto da crise pandémica que, conseqüentemente, condiciona o comportamento dos agentes económicos e a atividade económica, e agora, também, pelo evoluir da situação entre a Ucrânia e Rússia.

Em suma, o processo de saída de uma crise económica e, simultaneamente, sanitária, é desafiador e a resposta da política económica torna-se essencial no controlo da incerteza do período atual e, adicionalmente, no controlo da pandemia. A atuação das políticas nacionais e internacionais continuará a ter um papel fundamental na recuperação e resiliência da economia portuguesa, devendo proteger os setores vitais da economia, promover a retoma do investimento e a correta afetação de recursos.



| EVOLUÇÃO DA ASSOCIAÇÃO E PERSPETIVAS FUTURAS

Desde a sua génese, o Biocant Park assumiu um papel dinamizador e impulsionador do setor da Biotecnologia Nacional, tornando-se rapidamente numa referência incontornável do sector Nacional. Assumindo o seu papel e a sua responsabilidade nesta área, o Biocant Park tem apoiado a definição uma estratégia concertada para a biotecnologia, que permita consolidar inequivocamente o posicionamento da região Centro como líder neste setor económico. Prova disso é a constante atração de empresas nacionais e internacionais para fazerem parte deste ecossistema.

Tendo concluído o processo de cessão de exploração no ano de 2019, e tendo servido o ano de 2020 para organizar a ABAP esvaziando a sua estrutura de gastos, preparando-a para novos objetivos, em 2021 e aliada à sua condição de embaixadora do parque, apoiando na angariação de empresas e identificando projetos de interesse para o ecossistema e para a região como um todo, foi o ano de procurar abertamente um interesse de futuro para a Associação.

Em novembro de 2021, estrategicamente tendo em vista a construção do Plano Estratégico, conseguiu atrair um profissional que se dedicaria à ABAP a tempo completo visando levar a Associação a novos e frutuosa voos nos anos que se seguiam. No entanto o processo terminou prematuramente com a rescisão do profissional em causa, o que parou um pouco este processo no culminar do ano transato, estando nesta fase a ser reestruturada o CA da ABAP bem como a redefinição do que se pretende em termos futuros.

Apesar do seu principal foco nos próximos anos poder estar centrada na implementação do Plano Estratégico de Biotecnologia com o Horizonte 2030, a estratégia futura da ABAP continuará centrada na divulgação do parque como potencial destino para investimento direto estrangeiro em empresas, quer seja através de investimento em empresas já existentes, quer seja pela criação de novas empresas, mas também na integração de projetos em parceria com vista a que possam permitir manter um papel impulsionador de relevo para a economia regional.

Pedro Cardoso

Presidente do Conselho de Administração da ABAP

| RECURSOS HUMANOS

A composição da estrutura de capital humano da Associação continuou a esvaziar-se em 2021 por força do contrato de cessão de exploração de estabelecimento celebrado entre as associações e a Biocant Park, SA.

Ainda assim esta transição foi gradual para que fosse possível garantir a conclusão dos projetos contratualizados ao abrigo do Programa Operacional - PT 2020.

A Tabela que se segue resume a distribuição do quadro atual de Recursos Humanos da Associação a 31 de dezembro de 2020, por funções:

Função	2021	2020
Técnica Superior de Economia	1	1
Analista de Sistemas (Informática)	1	1
	2	2

Tabela 2 - Evolução do Nº de Colaboradores por Categoria

| ANÁLISE ÀS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2021

Neste capítulo apresenta-se uma análise global à situação económica e financeira da ABAP - Associação Beira Atlântico Parque reportada a 31 de dezembro de 2021.

As Tabelas e Gráficos agora apresentados traduzem a evolução das rúbricas relativas ao Ativo, do Capital Próprio e do Passivo que aparecem refletidos no Balanço, permitindo também a sua comparação com os valores do exercício de 2020. Poder-se-á ainda verificar quais os rendimentos auferidos assim como os encargos suportados pela Associação durante o ano de 2021 permitindo, de igual forma, aferir a forma como estes contribuíram para o apuramento dos resultados.

Para avaliar a situação económica e financeira da ABAP apresentam-se ainda os principais rácios financeiros, os quais permitem uma análise da evolução financeira e da evolução da liquidez no exercício de 2021 comparativamente com o ano de 2020.

Os valores constantes das tabelas apresentadas nas páginas seguintes encontram-se refletidos em euros.

| EVOLUÇÃO DO ATIVO

Valores em euros			
Evolução do ativo	2021	2020	Varição
Ativo não corrente	1.621.816,64	1.639.698,52	-1%
Ativos fixos tangíveis	258.556,71	276.438,59	-6%
Propriedades de investimento	380.850,21	380.850,21	0%
Outros ativos financeiros	982.409,72	982.409,72	0%
Ativo corrente	376.176,31	437.988,39	-14%
Inventários	118.911,18	118.911,18	0%
Clientes	200.710,24	222.776,64	-10%
Estado e outros entes públicos	3.735,01	3.129,12	19%
Outros créditos a receber	14.077,90	55.588,06	-75%
Diferimentos	237,62	372,73	-36%
Caixa e depósitos bancários	38.504,36	37.210,66	3%
Total do ativo	1.997.992,95	2.077.686,91	-4%

Tabela 3 - Evolução do Ativo

Conforme abordado na parte introdutória deste relatório, o *Ativo* da ABAP tem diminuído gradualmente devido ao facto da sua atividade ter diminuído substancialmente nos últimos três anos, isto, por força do contrato de cedência de exploração ocorrido em 2018.

Assim, neste exercício verificou-se que o *Ativo* da Associação diminuiu em 4% face a 2020.

Este decréscimo teve maior expressão no ativo de curto prazo, sendo particularmente expressivo ao nível dos Outros créditos a receber, que atingiu 75% de redução face ao ano de 2020. O decréscimo acentuado ficou a dever-se, a pagamentos que Biocant – Associação de Transferência de Tecnologia e Biocant park fizeram à ABAP nos meses finais do ano de 2021, de valores em dívida.

Contribuiu também de forma menos impactante para essa redução a rubrica de Clientes, que registou 10% de redução face o exercício económico anterior.

O aumento do saldo de *Estado e outros Entes Públicos* fica a dever-se a um saldo de IVA e IRC a recuperar, retido por terceiros devido a Juros recebidos no contexto dos Suprimentos efetuados à participada Biocant – Associação de Transferência de Tecnologia.

A análise detalhada desta componente poderá ser apreciada nas **Notas 5 a 14 do Anexo às Demonstrações Financeiras**.

| EVOLUÇÃO DO CAPITAL PRÓPRIO

Capital próprio	Valores em euros		
	2021	2020	Variação
Capital Realizado	2.444.360,81	2.444.360,81	0%
Outras Reservas	16.000,00	16.000,00	0%
Resultados Transitados	-766.400,97	-645.741,71	-19%
Outras Variações no Capital Próprio	13.320,59	17.821,31	-25%
Resultado Líquido do Período	-55.176,04	-120.659,26	54%
Total do capital próprio	1.652.104,39	1.711.781,15	-3%

Tabela 4- Evolução do Capital Próprio

Relativamente aos *Capitais Próprios*, a variação de 2020 para 2021 registada pela Associação esteve centrada ao nível dos Resultados Líquidos e das suas Aplicações.

Nos resultados transitados, a diminuição ocorreu por força da aplicação de resultados de 2020 que foram transferidos para esta conta, no valor de -120.659,26 euros.

Em outras variações do capital próprio, o valor diminuiu pelo reconhecimento anual de rendimento que ocorre nos projetos ao investimento. Em 2021 esse valor foi de 4.500,72 euros.

Em 2021 o resultado líquido obtido teve uma melhoria de 54% em relação ao ano anterior e corresponde a um prejuízo de 55.176,04 euros.

No final do ano, os *Capitais Próprios* da Associação situavam-se nos 1.652.104,39 euros, apresentando um decréscimo de 3% relativamente a 2020.

O detalhe poderá ser consultado nas **Notas 15 a 18 do Anexo às Demonstrações Financeiras**.

| EVOLUÇÃO DO PASSIVO

Evolução do passivo	Valores em euros		
	2021	2020	Variação
Passivo não Corrente	21.000,00	42.000,00	-50%
Outras contas a pagar	21.000,00	42.000,00	-50%
Passivo Corrente	324.888,56	323.905,76	0%
Fornecedores	538,83	567,33	-5%
Estado e outros entes públicos	2.252,19	3.565,51	-37%
Outras contas a pagar	41.908,78	32.559,76	29%
Diferimentos	280.188,76	287.213,16	-2%
Total do Passivo	345.888,56	365.905,76	-5%

Tabela 5 - Evolução do Passivo

Globalmente o passivo da Associação teve uma redução que se situou nos 5%, tendo o valor do ascendido a 345.888,56 euros em 2021.

Todas as rubricas decresceram, à exceção de Outras contas a pagar que aumentou 29%.

No passivo não corrente verifica-se a redução anual de 21.000 euros que corresponde ao pagamento anual efetuado ao Município de Cantanhede relativo ao empréstimo que fez à ABAP para aquisição de lotes de terreno no parque. A escritura pública para a aquisição destes lotes foi realizada no dia 07 de abril de 2014, pelo valor global de 210.000,00 euros.

O estado e outros Entes públicos reflete o valor a recuperar relativo a IRS. Em 2022 iremos recuperar 2252,19 euros relativo a retenções de IRC efetuadas por terceiros. Neste caso referem-se aos juros de suprimentos que a ABAP cobra ao Biocant associação.

Em Outras Contas a pagar o aumento ficou a dever-se por situações ocorridas no final do ano que serão resolvidas no início de 2022. Tratam-se de faturas de gestão corrente.

Para uma análise mais pormenorizada, recomenda-se a consulta às **Notas 11, 13 e 20 a 22** do **Anexo às Demonstrações Financeiras**.



| ESTRUTURA DE RENDIMENTOS

Rendimentos	Valores em euros		
	2021	2020	Variação
Prestações de serviços	0,00	26.239,00	-100%
Outros rendimentos e ganhos	13.309,41	18.496,77	-28%
Juros, dividendos e rend. Similares	9.520,16	14.603,77	-35%
	22.829,57	59.339,54	-62%

Tabela 6 - Estrutura de Rendimentos

De 2020 para 2021 a Estrutura de Rendimentos da ABAP sofreu igualmente uma redução significativa, conforme resulta da análise da **Tabela 6** e na **Figura 3**.

A redução, vem em todas as contas, sendo de destacar as prestações de serviços que a ABAP deixou de ter em virtude da cessão de exploração efetuada ao Biocant Park SA em 2018. Ao longo dos anos a ABAP vem sendo esvaziada de atividade e em 2021 chegou ao culminar da existência de Prestações de serviços.

Em 2021, ficou deliberado na Assembleia Geral do Plano de atividades 2022 decorrido em novembro, que as quotas dos associados voltariam a ser cobradas aos associados para dar continuidade à ABAP no panorama do parque tecnológico.

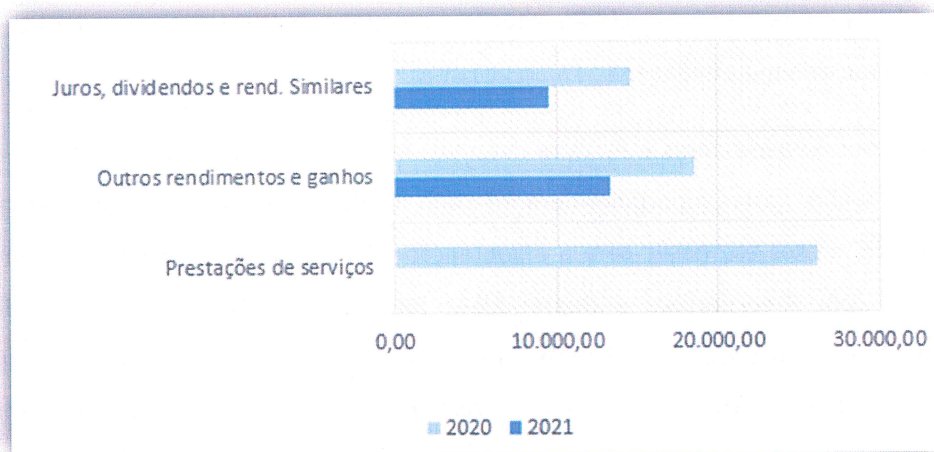


Figura 1 - Gráfico Ilustrativo da Estrutura de Rendimentos

| ESTRUTURA DE GASTOS

Gastos	Valores em euros		
	2021	2020	Varição
Fse	5.084,98	33.775,70	-85%
Pessoal	52.469,91	99.702,04	-47%
Depreciações	17.881,88	24.615,15	-27%
Imparidades	0,00	189,07	-
Outros Gastos	2.568,84	20.969,03	-88%
Financiamento	0,00	722,12	-100%
Total	78.005,61	179.973,11	-57%

Tabela 7 - Estrutura de Gastos

A Estrutura de *Gastos* da Associação está evidenciada na **Tabela 7** e na **Figura 3**.

Em consonância com o que aconteceu com a Estrutura de Rendimentos, a Estrutura de *Gastos* também apresentou um decréscimo significativo em 2021 comparativamente com os valores apurados em 2020, situando-se este decréscimo na ordem dos 57%.

Com 78.005,61 € de encargos suportados durante o ano de 2021, verifica-se que os gastos com *Pessoal* representam 67% dos gastos totais da associação, apesar do decréscimo verificado e contabilizado em 47%, quando comparado com os gastos suportados com a mesma rúbrica em 2020. Esta redução fica-se a dever à situação de a ABAP só ter tido gastos praticamente com o Técnico informático e com meio mês de um administrador remunerado, pois a outra colaboradora pertencente à Associação esteve o ano inteiro de 2021 ausente, quer por baixa, quer por Licença de maternidade.

Os gastos com *Fornecimentos e Serviços Externos*, representam, por sua vez, apenas 7% da estrutura global de gastos suportados durante o ano sujeito a apreciação os quais representam, grosso modo, gastos essenciais para a manutenção de uma atividade mínima. Os encargos suportados com *Amortizações e Depreciações* totalizaram 17.881,88 €, o que decorre naturalmente da depreciação anual do seu ativo tangível, estes representam, ainda assim, 23% dos gastos anuais suportados pela ABAP. As restantes rúbricas passam a ter uma expressão muito residual como sejam, por exemplo, outros gastos.

Conforme expresso na **Tabela 7**, conclui-se, assim, que praticamente todas as rúbricas de Gastos continuam num registo gradual de diminuição dos seus encargos, em virtude da redução de



RELATÓRIO DE GESTÃO & CONTAS 2021

atividade, a qual teve efeitos práticos reportados à data da celebração do já referido Contrato de Cessão de Exploração, celebrado em março de 2018.

Esta Estrutura de Gastos pode ser analisada com mais detalhe no **Anexo às Demonstrações Financeiras, notas 5, 24, 25, 26 e 27.**

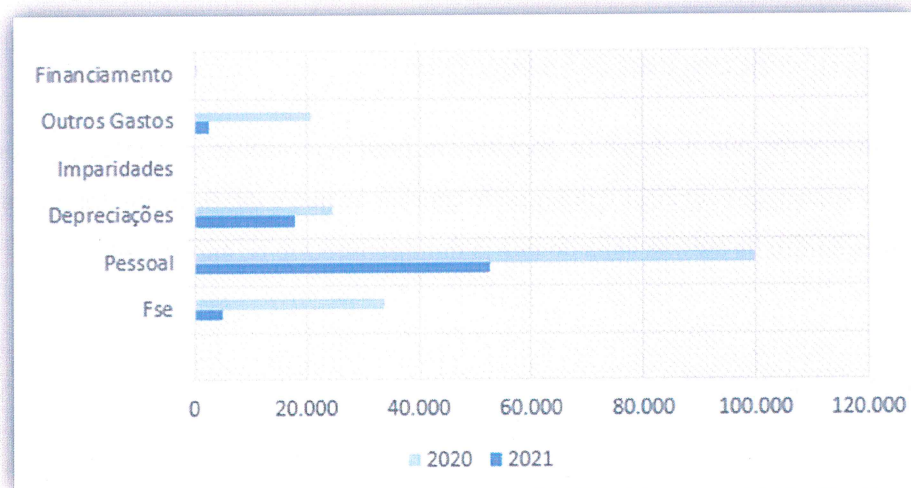


Figura 2 - Gráfico Ilustrativo da Estrutura de Gastos

RESULTADOS

A **Tabela 8** apresenta uma súmula dos Resultados Globais obtidos pela Associação dos dois últimos exercícios, apresentando a sua evolução face ao exercício anterior.

Resultados	2021	2020	Varição
EBITDA	-46.814,32	-109.900,07	-57%
EBITA	-64.696,20	-134.515,22	-52%
EBIT	-55.176,04	-120.633,57	-54%
RP	-55.176,04	-120.659,26	-54%

Tabela 8 - Estrutura de Resultados em 2021 e Respetiva Evolução face a 2020

Da análise aos elementos expressos na Tabela em cima, verifica-se que a maior variação ocorreu a nível operacional. De facto, a entidade não libertou fundos em nenhuma atividade (operacional ou financeira) e o seu resultado, à semelhança de 2020, foi negativo, situando-se nos 55.176,04 euros.

| DIAGNÓSTICO ECONÓMICO-FINANCEIRO

Os rácios financeiros que a seguir se apresentam permitem avaliar a situação económica e financeira da Associação em 2021 e deles pode concluir-se que o desempenho foi francamente positivo, aliás dentro da mesma linha do que já tinha acontecido no ano anterior.

| ANÁLISE FINANCEIRA

Rácios Financeiros	2021	2020	Variação
Autonomia Financeira	0,83	0,82	1,00%
Solvabilidade	4,78	4,68	2,00%
Passivo / Capital próprio	0,21	0,21	0,00%
Endividamento	0,17	0,18	-6,00%
Estrutura Endividamento	0,94	0,89	6,00%

Tabela 9 - Rácios financeiros

No que diz respeito à situação financeira da Associação, e após uma breve análise à **Tabela 9**, verifica-se que a *Autonomia Financeira* continua a aumentar, por força de uma contínua diminuição do Ativo. De facto, este rácio permite evidenciar a capacidade da ABAP em financiar grande parte do seu ativo através dos seus capitais próprios, sem a necessidade de se recorrer a financiamento externo.

Por outro lado, e porque se verificou uma redução do Passivo, também a *Solvabilidade* registou um aumento. Este rácio demonstra que a associação tem aumentado ao longo dos últimos anos a sua capacidade para liquidar as responsabilidades assumidas a curto, médio e longo prazo.

Quanto ao *Endividamento*, verifica-se uma diminuição de 6% face a 2020, situando-se agora em 17% do Ativo. A estrutura desta rubrica em 2021 é, na sua grande maioria (94%), de curto prazo, tal como já tinha sido registado no ano anterior.

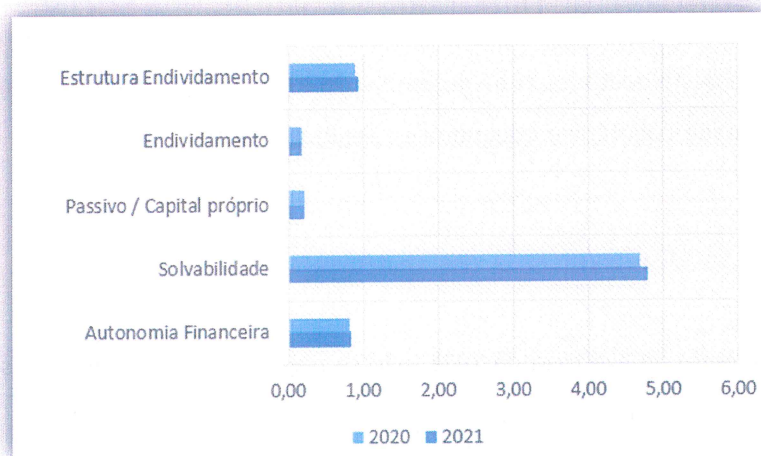


Figura 3- Gráfico Ilustrativo da Evolução Financeira

ANÁLISE DE LIQUIDEZ

Nesta seção será feita a análise aos indicadores de Liquidez da Associação. Esta análise centra-se na adequabilidade dos fundos disponíveis em cada prazo para solver compromissos referentes ao mesmo limite temporal.

Rádios de liquidez	2021	2020	Variação
Geral	1,16	1,35	-14%
Reduzida	0,79	0,99	-20%
Imediata	0,12	0,11	9,1%

Tabela 10 - Evolução da Liquidez

De notar que ao nível da liquidez a Associação apresenta uma margem de segurança para solver os seus compromissos de curto prazo quando se consideram os inventários (*Liquidez geral*). No entanto, ao retirar os inventários da equação para obtenção dos rácios de *liquidez reduzida* e de *liquidez imediata* verificamos que a Associação poderá demonstrar no curto prazo algumas dificuldades no cumprimento das obrigações assumidas. O facto de haver uma diferença muito significativa entre a *liquidez geral* e a *liquidez reduzida* demonstra o peso que os inventários têm na estrutura da associação. Os inventários de que a associação dispõe traduzem-se em diversos lotes de terreno que a entidade possui com o objetivo de poderem ser alienados.



| DÍVIDAS À AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E À SEGURANÇA SOCIAL

À data de reporte deste relatório, 31 de dezembro de 2021, a ABAP não tinha quaisquer dívidas perante a Autoridade Tributária e Aduaneira e a Segurança Social.

| FACTOS RELEVANTES APÓS O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO

Após o encerramento do exercício de 2021, não se registaram factos relevantes que tenham impacto sobre as contas apresentadas.

O Conselho de Administração tem acompanhado os desenvolvimentos referentes à pandemia COVID-19, seguindo as informações das entidades competentes. Continuou-se a dar cumprimento aos planos de prevenção/contingência como forma de mitigar o risco de contágio, nomeadamente, a manutenção do conjunto de ações preventivas estabelecidas para proteger a saúde e segurança dos colaboradores assim como de todos os utentes do parque, tendo por base as recomendações da Direção Geral de Saúde.

A atividade da Associação, não sentiu impactos significativos decorrentes desta situação, mas considerando a magnitude e o grau de incerteza que um evento desta natureza envolve existirão necessariamente reflexos negativos cuja quantificação se estima como não sendo significativos.

Atendendo ao setor de atividade, à estrutura de capitais, à flexibilidade de adaptação existente, o Conselho de Administração entende que este evento não coloca em causa o pressuposto da continuidade com base no qual as demonstrações financeiras foram preparadas.

| DISPOSIÇÕES DIVERSAS

De acordo com o art.º 397 do CSC, durante o ano de 2021, não foram concedidas, quaisquer autorizações a negócios entre a associação ABAP e os membros da Administração.

A Associação não possui quotas próprias.

A Associação não possui sucursais.



Em matéria de gestão dos riscos, a conta corrente caucionada de que a associação dispõe no valor de 150.000 euros, permite fazer face a alguma eventualidade inesperada.

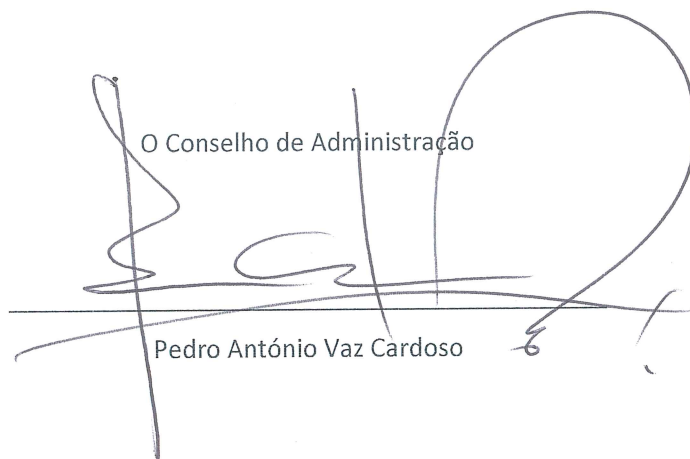
Não existem dívidas em mora ou acordos com o Estado nem com a Segurança Social (DL534/80 de 7/11 e DL 411/91).

| PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

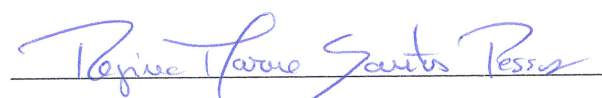
O Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral que o resultado líquido negativo do exercício de 2021, apurado em 55.176,04 euros (cento e vinte mil seiscentos e cinquenta e nove euros e vinte e seis cêntimos), seja incorporado em resultados transitados.

Cantanhede, 23 de Março de 2021

O Conselho de Administração



Pedro António Vaz Cardoso



Regina Marise Pessoa



2

0

2

1

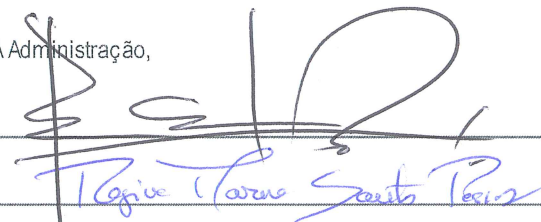
Associação Beira Atlântico Parque
Demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO

Valores em Euros	Nota	2021	2020
ATIVO			
Ativo não Correntes			
Ativos fixos tangíveis	5	258.556,71	276.438,59
Propriedades de investimento	6	380.850,21	380.850,21
Outros ativos financeiros	7	982.409,72	982.409,72
		1.621.816,64	1.639.698,52
Ativo Corrente			
Inventários	9	118.911,18	118.911,18
Clientes	10	200.710,24	222.776,64
Estado e outros entes públicos	11.1	3.735,01	3.129,12
Outros créditos a receber	12.2	14.077,90	55.588,06
Diferimentos	13.1	237,62	372,73
Caixa e depósitos bancários	14	38.504,36	37.210,66
		376.176,31	437.988,39
Ativo Total		1.997.992,95	2.077.686,91
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital realizado	15	2.444.360,81	2.444.360,81
Outras reservas	18	16.000,00	16.000,00
Resultados transitados	16	-766.400,97	-645.741,71
Ajustamentos/Outras variações no capital próprio	17	13.320,59	17.821,31
Resultado líquido do período	19	-55.176,04	-120.659,26
Total do Capital Próprio		1.652.104,39	1.711.781,15
Passivo			
Passivo não corrente			
Outras contas a pagar	20	21.000,00	42.000,00
		21.000,00	42.000,00
Passivo corrente			
Fornecedores	22	538,83	567,33
Estado e outros entes públicos	11.2	2.252,19	3.565,51
Outras contas a pagar	22	41.908,78	32.559,76
Diferimentos	13.2	280.188,76	287.213,16
		324.888,56	323.905,76
Total do passivo		345.888,56	365.905,76
Total do Capital Próprio e Passivo		1.997.992,95	2.077.686,91

A Administração,


Rogério Carlos Santos Pereira

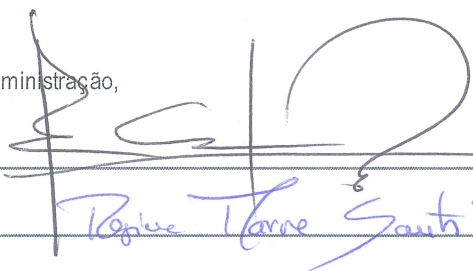
A Contabilista Certificada,


Jéssica Mónica da Cruz Garinho

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Valores em Euros	Nota	2021	2020
Vendas e serviços prestados		0,00	26.239,00
Subsídios à exploração		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
Fornecimentos e Serviços Externos	24	-5.084,98	-33.775,70
Gastos com o pessoal	25	-52.469,91	-99.702,04
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	27	0,00	-189,07
Outros rendimentos	28	13.309,41	18.496,77
Outros gastos	29	-2.568,84	-20.969,03
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-46.814,32	-109.900,07
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-17.881,88	-24.615,15
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-64.696,20	-134.515,22
Juros e rendimentos similares obtidos	30	9.520,16	14.603,77
Juros e gastos similares suportados		0,00	-722,12
Resultado antes de impostos		-55.176,04	-120.633,57
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	-25,69
Resultado líquido do período		-55.176,04	-120.659,26

A Administração,

X 
 Rui Carlos Santos

A Contabilista Certificada,


 Jera Mónica da Cruz Gonçalves

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Valores em Euros	Nota	Capital subscrito	Outras reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / Outras variações do capital próprio	Resultado líquido do período	Total
Capital Próprio a 1 de janeiro de 2021	15	2.444.360,81	16.000,00	645.741,71	-	17.821,31	120.659,26	17.11781,16
Resultado líquido do período							55.176,04	55.176,04
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	19			120.659,26		4.500,72	120.659,26	4.500,72
Total dos Rendimentos Integrais do Período	16			120.659,26		4.500,72	65.483,22	59.676,76
Outras operações								-
Total de Transações com detentores do capital no período								
Capital Próprio em 31 de Dezembro 2021	19	2.444.360,81	16.000,00	766.400,97	-	13.320,59	55.176,04	1652.104,39

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÃO NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO

Valores em Euros	Nota	Capital subscrito	Outras reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / Outras variações do capital próprio	Resultado líquido do período	Total
Capital Próprio a 1 de janeiro de 2020	15	2.444.360,81	16.000,00	524.182,91	-	2.1340,80	110.159,20	1847.379,50
Resultado líquido do período							110.159,20	110.159,20
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	19			121.558,80		3.519,49	120.659,26	245.737,55
Total dos Rendimentos Integrais do Período	16			121.558,80		3.519,49	110.520,06	155.598,35
Outras operações								-
Total de Transações com detentores do capital no período								
Capital Próprio em 31 de Dezembro 2020	19	2.444.360,81	16.000,00	645.741,71	-	17.821,31	120.659,26	17.11781,16

A Administração,

[Assinatura]
[Assinatura]
 Rafael (João) Santos Pereira

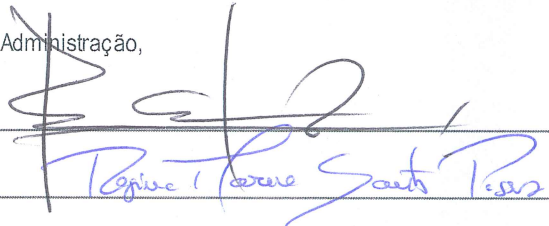
A Contabilista Certificada,

[Assinatura]
 Jéssica Mónica da Cruz Corinho

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Valores em Euros	Nota	2021	2020
Atividades Operacionais			
Recebimentos de clientes		43.763,62	39.690,47
Pagamentos aos fornecedores		-9.252,66	-42.990,09
Pagamentos a pessoal		-40.757,98	-71.940,73
		-6.247,02	-75.240,35
Pagamentos / Recebimentos IVA			
Pagamentos / Receb. imposto s/ rendimento		2.879,26	2.656,08
Outros Recebimentos / Pagamentos		25.684,48	28.938,66
		28.563,74	31.594,74
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		22.316,72	-43.645,61
Atividades de Investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros			
Ativo Fixo Tangível			
Dividendos		5,07	
Juros e rendimentos similares			1.308,94
		5,07	1.308,94
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros			
Ativo Fixo Tangível		-21.000,00	-21.000,00
		-21.000,00	-21.000,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-20.994,93	-19.691,06
Atividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Juros			
Juros		54,60	10.000,00
Outros Ativos			
			2.000,00
		54,60	12.000,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Empréstimos Bancários / Contas Caucionadas		-85,80	-10.250,20
			-722,12
		-85,80	-10.972,32
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-31,20	1.027,68
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (1)+(2)+(3)		1.290,59	-62.308,99
Efeito das diferenças de Câmbio		3,11	
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO		37.210,66	99.519,65
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO		38.504,36	37.210,66

A Administração,



A Contabilista Certificada,



6

ÍNDICE

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	20
BALANÇO	20
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	21
DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	22
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	23
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	26
1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E PERÍODO DE RELATO	26
2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	26
4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS RELEVANTES	28
4.1 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	28
4.2 ALTERAÇÕES DE ESTIMATIVAS E ERROS	31
5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	32
6. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	33
7. INVESTIMENTOS FINANCEIROS	33
9. INVENTÁRIOS	35
10. CLIENTES	35
11. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	36
11.1 ESTADO – ATIVO	36
11.2 ESTADO – PASSIVO	36
12. OUTROS DEVEDORES E CREDORES	37
12.1 ENTIDADES FINANCIADORAS DE PROJETOS	37
12.2 OUTROS DEVEDORES	37
13. DIFERIMENTOS	38
13.1 GASTOS A RECONHECER - ATIVO	38
13.2 RENDIMENTOS A RECONHECER - PASSIVO	38
14. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS	38
15. CAPITAL REALIZADO	39
16. RESULTADOS TRANSITADOS	39
17. OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	40
18. RESERVAS	41
19. CAPITAL PRÓPRIO	41
19. FINANCIAMENTOS OBTIDOS E GARANTIAS REAIS PRESTADAS	42
20. OUTRAS CONTAS A PAGAR – PASSIVO NÃO CORRENTE	42
21. FORNECEDORES	42
22. OUTRAS CONTAS A PAGAR – PASSIVO CORRENTE	43
23. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS	44
24. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	44
25. GASTOS COM PESSOAL	44
26. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS	45
27. IMPARIDADES E REVERSÕES DE DÍVIDAS A RECEBER	45
28. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	46



30. JUROS, DIVIDENDOS E OUTROS RENDIMENTOS SIMILARES	46
31. GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO	47
32. SEGUROS	47
33. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO	47
34. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPOMAS LEGAIS	49
34.1 DÍVIDAS EM MORA À SEGURANÇA SOCIAL E AO ESTADO	49
34.2 HONORÁRIOS TOTAIS FATURADOS DURANTE O PERÍODO PELA SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS RELATIVAS À REVISÃO LEGAL DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS	49
35. APLICAÇÃO DE RESULTADOS	49
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	51
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	52
DECLARAÇÃO DO ÓRGÃO DE GESTÃO	53





NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E PERÍODO DE RELATO

A ABAP – Associação Beira Atlântico Parque foi constituída em 1 de março de 2000 como uma Associação privada sem fins lucrativos com sede social no Parque Tecnológico de Cantanhede, Núcleo 04, Lote 2. Os seus Estatutos foram publicados no Diário da República – III Série, nº 93 de 19 de abril de 2000, com as alterações introduzidas e publicadas no Diário da República – III Série, nº130 de 9 de julho de 2007. A ABAP tem como objeto social o exercício de atividades de investigação, desenvolvimento experimental e demonstração, a promoção, a inovação e a difusão tecnológica, a formação e a informação científica e técnica, a criação de infraestruturas de apoio tecnológico aos diversos sectores da atividade económica, bem como as ações que contribuam para a modernização e desenvolvimento da área dos municípios abrangidos.

O período abrangido pelas presentes Demonstrações Financeiras reporta-se ao exercício económico de 2021.

A ABAP é incluída no perímetro de consolidação do Município de Cantanhede, sendo esta a sua principal detentora de capital.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com as retificações da Declaração de Retificação n.º 67-B/2009, de 11 de setembro, e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto e pelo Decreto-Lei n.º98/2015, de 2 de junho, que veio introduzir no Sistema de Normalização Contabilística (SNC) as alterações consideradas indispensáveis para garantir a sua conformidade com a Diretiva n.º 2013/34/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho, sendo consequentemente alteradas as Portarias e os Avisos relativos aos instrumentos contabilísticos que compõem o SNC.

Não foram derogadas quaisquer disposições do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos



resultados da entidade, pelo que não há quaisquer efeitos nas Demonstrações Financeiras decorrentes desta situação.

Todos os montantes das Demonstrações Financeiras se encontram expressos em euros.

2.1 BASES DE APRESENTAÇÃO

As Demonstrações Financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Associação mantidos de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF). As Demonstrações Financeiras anexas referem-se à Associação em termos individuais, preparadas nos termos legais para aprovação em Assembleia Geral de associados.

Os responsáveis da Empresa, isto é, os membros do Conselho de Administração que assinam o presente relatório, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação nele constante foi elaborada em conformidade com o referencial contabilístico aplicável, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Empresa.

2.2 COMPARABILIDADE

As presentes demonstrações financeiras são comparáveis em todos os seus aspetos materialmente relevantes com as do ano anterior.

2.3 DERROGAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DE SNC

Não existiram no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS RELEVANTES

4.1 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

a) Ativos Fixos Tangíveis

Reconhecimento e mensuração inicial	Os ativos fixos tangíveis estão registados ao custo de aquisição deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.											
Depreciações e imparidade	<p>É utilizado o método das quotas constantes, a partir do momento em que o bem se encontra disponível para uso, utilizando-se as taxas que melhor refletem a sua vida útil estimada.</p> <table border="1"><tr><td rowspan="5">Vida útil média estimada (anos):</td><td>Edifícios e outras construções</td><td>8 a 50</td></tr><tr><td>Equipamento Básico</td><td>4 a 8</td></tr><tr><td>Equipamento administrativo</td><td>3 a 16</td></tr><tr><td>Outros ativos fixos tangíveis</td><td>4 a 50</td></tr><tr><td>Ativos Intangíveis</td><td>3 a 5</td></tr></table> <p>A Abap não aplica valores residuais aos seus ativos. As respetivas vidas úteis são revistas e ajustadas, se necessário, na data da Posição financeira. Se a quantia escriturada é superior ao valor recuperável do ativo, procede-se ao seu reajustamento para o valor recuperável estimado mediante o registo de perdas por imparidade.</p>	Vida útil média estimada (anos):	Edifícios e outras construções	8 a 50	Equipamento Básico	4 a 8	Equipamento administrativo	3 a 16	Outros ativos fixos tangíveis	4 a 50	Ativos Intangíveis	3 a 5
Vida útil média estimada (anos):	Edifícios e outras construções		8 a 50									
	Equipamento Básico		4 a 8									
	Equipamento administrativo		3 a 16									
	Outros ativos fixos tangíveis		4 a 50									
	Ativos Intangíveis	3 a 5										
Custos subsequentes	Os gastos com grandes reparações são considerados como uma componente do custo de aquisição do ativo fixo tangível, sendo depreciados integralmente pelo período de vida útil estimada. Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos.											
Abates e alienações	Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações quando aplicável deduzido dos custos de transação e a quantia escriturada do ativo, e são reconhecidos na demonstração dos resultados, como Outros rendimentos e ganhos operacionais ou Gastos e perdas operacionais.											

b) Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento têm por fim a obtenção de uma renda ou valorização do capital investido e não são destinadas ao uso no fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos, nem para venda no decurso da atividade corrente.

Para a ABAP, as propriedades encontram-se registadas ao valor de custo e incluem o lote de terreno 4A, 14 e 15, sobre os quais foram constituídos direitos de superfície a favor da BIOCANT – Associação de Transferência de Tecnologia.



c) Investimentos Financeiros

Os investimentos em subsidiárias são registados pelo método do custo. A rubrica de investimentos noutras empresas inclui os investimentos em entidades nas quais a Associação não exerce controlo nem influência significativa. As participações são relevadas ao custo de aquisição subtraído de qualquer perda por imparidade acumulada. Os dividendos são reconhecidos no ano em que se estabelece o direito ao respetivo recebimento por parte da empresa e são relevados em Juros e Outros Rendimentos Similares.

d) Imparidade de Ativos

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado seja superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A mesma é registada na Demonstração de Resultados na rubrica imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões), ou na rubrica imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões), caso a mesma seja relativa a ativos não depreciáveis.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso.

O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação.

O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade já não existem ou diminuíram. Esta reversão é reconhecida na Demonstração de Resultados na rubrica suprarreferida e é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em exercícios anteriores.

A evidência da existência de imparidade nas contas a receber surge quando:

- A contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- Se verifiquem atrasos significativos no pagamento; e se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou em reestruturação financeira.

e) Dívidas de e a terceiros

i. Clientes e Outros Devedores

As rubricas de *Clientes e Outros Créditos* a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (se aplicável).

As perdas por imparidade dos clientes e créditos a receber são registadas sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na Demonstração de Resultados, em *Imparidades de Dívidas a Receber*, sendo subsequentemente revertidas para resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

ii. Empréstimos e Outras Contas a Pagar Não Correntes

Os *Financiamentos* obtidos são reconhecidos ao justo valor, líquidos de custos de transação e montagem incorridos, e são classificados no passivo corrente, exceto se a Empresa possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por pelo menos 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

iii. Fornecedores

As rubricas de *Fornecedores e Outras Dívidas a Pagar* são reconhecidas inicialmente ao valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial. Estas rubricas não são reconhecidas quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

f) Meios Financeiros Líquidos

A rubrica de *Caixa e seus Equivalentes* inclui Caixa e Depósitos Bancários à ordem.

g) Inventários

As *Mercadorias* incluem os lotes de terrenos detidos pela Associação destinados a serem transacionados. Estão registados ao custo de aquisição.

h) Gastos de Financiamento

Os *Gastos com Empréstimos Obtidos* são reconhecidos como gasto na Demonstração de Resultados do exercício de acordo com o pressuposto do acréscimo. Os valores registados derivam dos contratos acordados entre as partes. Não se regista qualquer capitalização destes encargos.



i) **Periodização Económica**

As *Perdas/Gastos* assim como os *Ganhos/Rendimentos* são registada(o)s de acordo com o Princípio de Acréscimo, pelo que são reconhecida(o)s à medida que são gerada(o)s, independentemente do momento em que são recebida(o)s ou pagos. Os valores de *Gastos* ou *Rendimentos* a reconhecer em períodos futuros encontram-se registados em Diferimentos. Enquanto os valores de *Gastos* ou *Rendimentos* registados num período, apesar do seu pagamento/recebimento ainda não tiver ocorrido, registam-se em *Outros Devedores e Credores*.

Esta periodização é feita mensalmente e controlada através de um mapa que contém todos os acréscimos e diferimentos que afetam gastos ou rendimentos desse ano.

j) **Imposto sobre o Rendimento**

Os valores registados em *Impostos Sobre o Rendimento* do período, representam todos os valores que sejam resultado da aplicação da taxa de IRC aos lucros da empresa, deduzidos das retenções efetuadas por terceiros e somados da tributação autónoma que se calcula com base nas taxas aplicáveis. No caso de se verificar um prejuízo fiscal em vez de lucro, a tributação autónoma terá sempre de ser paga.

4.2 ALTERAÇÕES DE ESTIMATIVAS E ERROS

Na preparação das Demonstrações Financeiras, o Conselho de Administração da ABAP baseou-se no seu melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das Demonstrações Financeiras, no entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas.

Alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das Demonstrações Financeiras serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, desde que não sejam de magnitude relevante.

a) **Imparidade de Ativos não Correntes**

A determinação de uma eventual perda por Imparidade pode ser despoletada pela identificação de indicadores de imparidade. Esta identificação e a determinação do valor recuperável dos ativos implicam uma análise por parte do Conselho de Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, vidas úteis e valores de transação.

PK





b) **Vidas Úteis dos Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis**

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que um ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista, pelo menos, no final de cada exercício económico.

A determinação da vida útil dos ativos, do método de amortização/depreciação a aplicar e das perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar o montante das amortizações/depreciações a reconhecer na Demonstração de Resultados de cada exercício. Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão para os ativos em questão.

c) **Imparidade de Contas a Receber**

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de reporte, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco.

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão divergir do risco efetivo a incorrer.

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Valores em Euros	Saldo em 31-12-2020	Depreciações Acumuladas em 31-12-2020	Quantia Escriturada Líquida Inicial	Adições	Depreciações	Perdas por Imparidade	Quantia Escriturada Líquida Final
Edifícios e outras construções	384.237,19	-128.467,94	255.769,25		7.327,43		248.441,82
Equipamento Básico	367.724,80	-361.579,69	6.145,11		3.940,32		2.204,79
Equipamento administrativo	157.227,31	-148.714,70	8.512,61		5.738,72		2.773,89
Outras ativos fixos tangíveis	21.628,49	-15.616,87	6.011,62		875,41		5.136,21
	930.817,79	-654.379,20	276.438,59	0,00	17.881,88	0,00	258.556,71

O valor líquido dos ativos fixos tangíveis regista o montante de 258.556,71 euros, refletindo apenas uma diminuição face a 2020, fruto das depreciações normais do exercício.



6. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento da Associação Beira Atlântico Parque (lotes de terreno 4A, 14 e 15), sobre os quais foram constituídos direitos de superfície por um período de 50 anos a favor do Biocant – Associação de Transferência de Tecnologia, perfazem o montante de 380.850,21 euros no ativo da Associação.

A finalidade destas propriedades de investimento é a obtenção de uma renda ou a valorização do capital investido e não o do seu uso no fornecimento de bens ou serviços, quer seja para fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente.

Anualmente procede-se ao reconhecimento do seu rendimento em função da duração do direito de superfície, isto é, dos 50 anos, utilizando a Rúbrica 7873 – Rendias e outros rendimentos em propriedades de investimento.

PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Valores em Euros	Saldo final 2020	Deprec. Acumulada	Saldo líquido Inicial	Adições	Depreciações	Perdas por Imparidade	Saldo final
Investimentos em Imóveis Lote 4A	170.850,21		170.850,21				170.850,21
Investimentos em Imóveis Lote 14	105.000,00		105.000,00				105.000,00
Investimentos em Imóveis Lote 15	105.000,00		105.000,00				105.000,00
	380.850,21	0,00	380.850,21	0,00	0,00	0,00	380.850,21

7. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

A 31 dezembro de 2021 e 2020, a Associação detém os seguintes investimentos financeiros:

Valores em Euros	Saldo em 31-12-2020	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia Escriturada Líquida Inicial	Adições	Reversões	Perdas por Imparidade	Quantia Escriturada Líquida Final
Biocant	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00		0,00	1.000,00
Crédito Agrícola	498,80	0,00	498,80	0,00		0,00	498,80
Aibap	54.053,57	-54.053,57	0,00	0,00		0,00	0,00
Biocant Ventures	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Biopremier	10.120,71	0,00	10.120,71	0,00		0,00	10.120,71
FCR PV - Biocant	10.790,21	0,00	10.790,21	0,00		0,00	10.790,21
	76.463,29	-54.053,57	22.409,72	0,00	0,00	0,00	22.409,72

As participações financeiras em outras empresas e fundos totalizam a 31 de dezembro de 2021 apresentavam-se valorizadas por 22.409.72 euros.

Valores em Euros	Saldo em 31-12-2020	Adições	Amortizações
BIOCANT	960.000,00	0,00	0,00
	960.000,00	0,00	0,00

O crédito presente na Tabela acima diz respeito a um empréstimo que a ABAP concedeu em 2017 à Associação Biocant, sob a forma de contrato de suprimentos, pelo montante global de 960.000,00 euros. Este contrato de suprimentos teve como objetivo permitir à Associação Biocant a redução do montante do seu serviço da dívida e foi renovado em 2021 por mais um ano.

ENTIDADE	2021	2020
Investimentos Noutras empresas	76.463,29	76.463,29
Perdas por imparidade noutras empresas	- 54.053,57	- 54.053,57
Empréstimos Concedidos	960.000,00	960.000,00
	982.409,72	982.409,72

A Tabela que se segue reflete o montante dos investimentos realizados noutras empresas a título de participação no capital/património associativo, estando estas relevadas pelo método do custo:

ENTIDADE	CAPITAL
BIOCANT	1.000,00
CRÉDITO AGRÍCOLA	498,80
AIBAP	54.053,57
Biopremier	10.120,71
FCR PV Biocant	10.790,21
	76.463,29

Nenhuma destas participações configura uma posição de controlo ou de influência significativa da ABAP sobre as referidas entidades.

8. PARTES RELACIONADAS

Os termos ou condições praticadas com outras partes relacionadas mencionadas na Nota 7 são idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis. Os saldos e transações entre a Associação e as outras partes relacionadas são os que a seguir se apresentam:



Valores em Euros	2021	2020
Saldos		
Biocant		
Fornecedores	-	-
Outros Devedores e Credores	- 2.128,09	14.560,90
Município de Cantanhede		
Outros Devedores e Credores	21.000,00	42.000,00
Transações		
Biocant		
Outros Devedores		
Fornecedores	2.128,09	14.560,90
Outros Credores		
Município de Cantanhede		
Outros Devedores e Credores	21.000,00	21.000,00

9. INVENTÁRIOS

Na rubrica Inventários, a 31 de dezembro de 2021, encontram-se quatro artigos matriciais localizados em Mira. O objetivo final será a venda destes terrenos, sendo que nesta análise os mesmo encontram-se valorizados ao método do custo.

Valores em Euros	2021	2020	Variação
Terrenos em Mira	118.911,18	118.911,18	0%
	118.911,18	118.911,18	0%

10. CLIENTES

A Tabela seguinte reflete a antiguidade da rubrica de Clientes a 31 de dezembro de 2021 e respetiva variação face a 2020:

Valores em Euros	2021	2020	Variação
Biocant- Assoc. de Transf. de Tecnologia	194.546,14	216.612,54	-10%
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra EPE	4.924,10	4.924,10	0%
Nordigal	1.240,00	1.240,00	0%
	200.710,24	222.776,64	-10%

Durante o ano de 2021 verifica-se que as dívidas de clientes diminuíram 10%. Vejamos como se alterou a maturidade das dívidas de clientes:



Valores em Euros	2021	2020	Varição
Até 30 dias	3.632,16	6.164,10	-41%
De 30 a 60 dias	3.504,16	0,00	100%
Mais de 180 dias	193.573,92	216.612,54	-11%
	200.710,24	222.776,64	-10%

Verifica-se que 193.573,92 euros da dívida de Clientes apresenta uma maturidade superior a 180 dias. Esta, diz respeito à dívida que a Associação Biocant tem para com a ABAP, e também a duas empresas com as quais estão a ser encetados contactos para as receber durante 2022.

11. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

11.1 ESTADO – ATIVO

A tabela seguinte reflete o saldo, ao nível do ativo, da rubrica Estado e Outros Entes Públicos a 31 de dezembro de 2021 e respetiva variação face aos valores de 2020:

Valores em Euros	2021	2020	Varição
Imposto sobre o Valor Acrescentado a receber	1.354,97	222,90	508%
Imposto sobre Rend. Pessoas Colectivas	2.380,04	2.906,22	-18%
	3.735,01	3.129,12	19%

Os Saldos de Estado e Outros Entes Públicos em aberto dizem respeito a IVA a recuperar relativo ao quarto trimestre de 2021 (1.354,97 euros), e ao imposto retido por terceiros (2.380,04 euros), referente aos juros cobrados pela ABAP - Suprimentos.

11.2 ESTADO – PASSIVO

No âmbito do passivo, com reporte a 31 de dezembro de 2021 e relativamente aos dados de 2020, a rubrica Estado e Outros Entes Públicos apresenta a seguinte estrutura:

Valores em Euros	2021	2020	Varição
Imposto sobre Rend. Pessoas Colectivas	0,00	25,69	-100%
Imposto sobre Rend. Pessoas Singulares	864,00	711,00	22%
Contribuições para a Segurança Social	1.388,19	2.828,82	-51%
	2.252,19	3.565,51	-37%



Relativamente ao saldo passivo de *Estado e Outros Entes Públicos* verificou-se uma pequena redução da dívida, que passou de 3.565,51 euros em 2020 para 2.252,19 euros em 2021.

O saldo atual é composto pelas contribuições para a Segurança Social relativas a dezembro de 2021, a pagar em janeiro de 2021 (no valor de 1.388,19 euros), e pelas retenções de IRS efetuadas aos funcionários no mês de dezembro de 2021 (no valor de 864 euros).

12. OUTROS DEVEDORES E CREDORES

12.1 ENTIDADES FINANCIADORAS DE PROJETOS

Valores em Euros	2021	2020	Varição
Projeto - IC16	1.454,69	1.454,69	0%
Projeto - BIOTECH@CENTRO	9.385,10	9.385,10	0%
Projeto - INOV C 2020	3.228,10	3.228,10	0%
	14.067,89	14.067,89	0%

O saldo de *Outros Devedores – Entidades Financiadoras*, no final de 2021 ascende a 14.067,89 euros. Este montante manteve-se inalterado durante 2021, pois representa a quantia que a associação ainda tem direito a receber por força dos três projetos supramencionados que foram financiados ao abrigo dos programas operacionais. Na prática esta quantia traduz-se na retenção dos 5% associados a cada projeto, a qual se encontra retida até que cada relatório final, associado a cada um dos três projetos, seja formalmente analisado e validado pela autoridade de gestão competente.

12.2 OUTROS DEVEDORES

A rubrica de *Outros Devedores* apresenta a 31 de dezembro de 2021 o seguinte saldo:

Valores em Euros	2021	2020	Varição
Entidades financiadoras	14.067,89	14.067,89	0%
CTT - Correios Portugal	10,01	33,26	-70%
Biocant - Associação de Transferência de Tecnologia	0,00	14.560,90	-100%
Biocant Park SA	0,00	26.909,34	-100%
Cartão de Crédito	0,00	23,40	-100%
	14.077,90	55.594,79	-75%

O decréscimo de 75% dos créditos a receber ficou a dever-se como se comprova na tabela, pelos pagamentos que Biocant – Associação de Transferência de Tecnologia e Biocant Park fizeram à ABAP nos meses finais do ano de 2021, de valores em dívida.

13. DIFERIMENTOS

13.1 GASTOS A RECONHECER - ATIVO

Valores em Euros	2021	2020
Seguros	221,65	227,03
Medicina no Trabalho	0,00	145,70
Serviços diversos	15,97	0,00
	237,62	372,73

No total, os Gastos Diferidos a 31 de dezembro de 2021 ascenderam a 237,62 euros e serão reconhecidos como Gastos do período em 2022.

13.2 RENDIMENTOS A RECONHECER - PASSIVO

Esta rubrica compreende os rendimentos que devem ser reconhecidos nos exercícios seguintes, permitindo assim o registo dos rendimentos nos períodos a que respeitam, independentemente do seu recebimento. Em 31 de dezembro de 2021 a ABAP apresenta um saldo de 280.188,76 euros, distribuído do seguinte modo:

Valores em Euros	2021	2020
Subsídios à Exploração - IC16	618,01	618,01
Subsídios à Exploração - BIOTECH@CENTRO	1.625,65	1.625,65
Subsídios à Exploração - Inov C 2020	402,00	402,00
Direito de Superfície - Lote 4A	135.583,10	139.247,50
Direito de Superfície - Lote 14	70.980,00	72.660,00
Direito de Superfície - Lote 15	70.980,00	72.660,00
	280.188,76	287.213,16

14. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

A Tabela seguinte reflete as disponibilidades da Associação a 31 de dezembro de 2021 e respetiva variação face a 2020:

Handwritten signature and initials in blue ink.

Valores em Euros	2021	2020	Varição
Caixa	56,69	108,56	-48%
Depósitos Bancários	38.447,67	37.102,10	4%
	38.504,36	37.210,66	3%

15. CAPITAL REALIZADO

A 31 de dezembro de 2021 o Património Associativo da ABAP é de 2.444.360,81 euros, subscrito e realizado na íntegra, com a seguinte decomposição:

Valores em Euros		%
Câmara Municipal de Cantanhede	2.385.360,81	97,59%
Escola Técnico Profissional de Cantanhede	1.000,00	0,04%
AIBILI - Associação para a Investigação Biomédica e Inovação em Luz e Imagem	1.000,00	0,04%
CNC - Centro de Neurociências e Biologia Celular da Universidade de Coimbra	1.000,00	0,04%
Câmara Municipal de Anadia	5.000,00	0,20%
Câmara Municipal de Sever do Vouga	5.000,00	0,20%
AD ELO - Associação de Desenvolvimento Local da Bairrada e Mondego	20.000,00	0,82%
Universidade de Aveiro	5.000,00	0,20%
Câmara Municipal da Mealhada	5.000,00	0,20%
Adega Cooperativa de Cantanhede	5.000,00	0,20%
Câmara Municipal de Vagos	5.000,00	0,20%
Associação Nacional de Empresárias	1.000,00	0,04%
IPN - Instituto Pedro Nunes	5.000,00	0,20%
	2.444.360,81	100%

16. RESULTADOS TRANSITADOS

Os Resultados Transitados apresentam a 31 de dezembro de 2021 o seguinte detalhe:

Resultados Transitados	2021
Resultado Líquido de 2000	27.544,23
Resultado Líquido de 2001	41.615,34
Resultado Líquido de 2002	77.334,83
Resultado Líquido de 2003	59.957,32
Resultado Líquido de 2004	- 169.730,49
Resultado Líquido de 2005	56.112,09
Resultado Líquido de 2006	368.053,76
Resultado Líquido de 2007	428.896,11
Resultado Líquido de 2008	560.889,09
Transição Para SNC	62.350,36
Resultados Transitados	- 3.832,24
Resultado Líquido de 2009	147.793,77
Resultado Líquido de 2010	- 8.100,80
Resultado Líquido de 2011	- 1.235,34
Resultado Líquido de 2012	- 21.256,26
Resultado Líquido de 2013	- 106.612,05
Resultado Líquido de 2014	- 81.265,66
Resultado Líquido de 2015	- 53.104,31
Resultado Líquido de 2016	- 145.643,25
Resultado Líquido de 2017	- 43.171,00
Resultado Líquido de 2018	- 672.412,59
Resultado Líquido de 2019	121.558,80
Resultado Líquido de 2020	120.659,26
	766.400,97

17. OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Na conta 593 – Subsídios, a 31 de dezembro de 2021 a ABAP encontram-se os montantes no valor de 1.263,12 euros, que a título de Subsídios ao investimento, ainda se encontram por reconhecer nos períodos em que os ativos adquiridos se depreciam.

Outras Variações do Capital Próprio

Valores em Euros	2021	2020	Variação
Medida 3.1 do POR Centro	13.320,59	16.558,19	-20%
Centro de Ciência Júnior	0,00	1.187,31	-100%
IC16	0,00	75,81	-100%
	13.320,59	17.821,31	

Mensalmente é reconhecido o rendimento correspondente. Em termos anuais corresponderá à estrutura apresentada na Tabela em baixo.

Phx
8



Valores em Euros	2021	2020	Varição
Medida 3.1 do POR Centro	3.237,60	4.040,88	-20%
Centro de Ciência Júnior	1.187,31	5.212,35	-77%
INOV C 2020	75,81	910,20	-92%
	4.500,72	10.163,43	

18. RESERVAS

Valores em Euros	2021	2020
Reservas	16.000,00	16.000,00
	16.000,00	16.000,00

O valor das reservas tem-se mantido inalterado desde 2019 quando foram movimentadas pela última vez. Estas reservas foram constituídas em virtude da desistência de alguns associados, no valor das suas quotas. Na tabela seguinte poderemos ver esse resumo:

Valores em Euros	Ano	Montantes
Município de Oliveira do Bairro	2007	1000
Associação Empresarial de Cantanhede	2007	5000
FRIE - Caixa Investimentos	2017	5000
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo	2019	5000
		16.000,00

19. CAPITAL PRÓPRIO

Valores em Euros	Saldo em 31-12-2020	Aumentos	Reduções	Saldo em 31-12-2021
Capital	2.444.360,81			2.444.360,81
Reservas	16.000,00			16.000,00
Resultados Transitados	-645.741,71	0,00	-120.659,26	-766.400,97
Outras Variações no Capital Próprio	17.821,31	0,00	-4.500,72	13.320,59
Resultado Líquido do Período	-120.659,26	120.659,26	-55.176,04	-55.176,04
	1.711.781,15	120.659,26	-180.336,02	1.652.104,39

O Capital Próprio da ABAP, em 31 de dezembro de 2021 situava-se nos 1.652.104,39 euros. Na tabela acima, podem ser observados os movimentos ocorridos nas suas rubricas.

A redução observada de 2020 para 2021 ficou a dever-se essencialmente ao resultado líquido de 2021, que resultou num prejuízo de 55.176,04 euros.

PS

19. FINANCIAMENTOS OBTIDOS E GARANTIAS REAIS PRESTADAS

A ABAP detém uma Conta Corrente Cauçionada contratualizada com a Caixa de Crédito Agrícola, no montante de 150 mil euros.

Durante 2021 não foram utilizados recursos desta conta, pelo que a 31 de dezembro a conta não tinha nenhum valor de *plafond* utilizado.

20. OUTRAS CONTAS A PAGAR – PASSIVO NÃO CORRENTE

O saldo existente na rubrica *Outras Contas a Pagar*, considerada no passivo não corrente a 31 de dezembro de 2021, regista o valor de 42.000,00 euros. Este valor diz respeito à aquisição dos lotes de terreno 14 e 15 ao Município de Cantanhede. A escritura pública para a aquisição destes lotes foi

Valores em Euros	2021	2020	Varição
Até 90 dias	0,00	0,00	0%
Mais de 180 dias	21.000,00	42.000,00	-50%
	21.000,00	42.000,00	-50%

realizada no dia 07 de abril de 2014, pelo valor global de 210.000,00 euros. Nessa escritura ficou acordado que o seu pagamento seria efetuado em dez prestações anuais de igual valor, a saber, 21.000,00 euros por ano.

21. FORNECEDORES

A 31 de dezembro de 2021 a rubrica *Fornecedores* apresentava os saldos apresentados na tabela seguinte, os quais se encontram distribuídos por maturidades refletindo ainda os mesmos saldos a 31 de dezembro de 2021 e respetiva variação face a 2020.

Valores em Euros	2021	2020	Varição
Até 90 dias	538,83	567,33	-5%
	538,83	567,33	-5%

De notar que o valor em dívida face aos fornecedores sofreu uma redução de 5% entre 2020 e 2021. As faturas de fornecedores que se encontram em saldo são faturas com pagamento previsto para janeiro de 2022.

22. OUTRAS CONTAS A PAGAR – PASSIVO CORRENTE

A rúbrica *Credores por Acréscimos de Gastos* serve de contrapartida aos gastos reconhecidos em 2021, que ainda não se encontram em dívida ou que ainda não tenham documentação vinculativa, e cuja despesa só venha a ser relevada em exercícios posteriores. Esta rúbrica, a 31 de dezembro de 2021, apresentava um saldo de 11.675,07 euros.

Valores em Euros	2021	2020
Serviço de Revisão de Contas	2.000,00	2.000,00
Comunicação	5,47	5,47
Custas Bancárias	200,00	0,00
Remunerações a Liquidar	9.364,00	9.354,29
Trabalhos especializados	0,00	200,00
Outros	105,60	0,00
	11.675,07	11.559,76

O aumento de 1% verificado entre 2021 e 2020 decorre naturalmente de dois acréscimos que se fizeram em 2021, a saber de senhas de presença e uma fatura de um domínio que se encontra em nome da Associação.

Valores em Euros	2021
Biocant - Associação de Transferência de Tecnologia	2.128,09
PT Comunicações, S.A. - PT Prime - MEO	6,73
Biocant Park SA	7.098,89
	9.233,71

Valores em Euros	2021	2020	Varição
Município de Cantanhede	21.000,00	21.000,00	0%
Outros Credores	9.233,71	0,00	100%
Credores por acréscimos	11.675,07	11.559,76	1%
	41.908,78	32.559,76	29%

A totalidade das Outras Contas a pagar encontram-se resumidas no quadro acima e ascendem a 41.908,78.



23. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

Durante o ano de 2021 não foi efetuada nenhuma alienação, nem nenhuma quebra de inventários, não existindo, por esse motivo, qualquer valor a referir nesta conta da contabilidade.

24. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2021 e a 31 de dezembro de 2020 os *Fornecimentos e Serviços Externos* decompõem-se da seguinte forma:

Valores em Euros	2021	2020	Varição
<i>Trabalhos Especializados</i>	3.870,00	5.800,00	-33%
<i>Publicidade e Propaganda</i>	300,00	300,00	0%
<i>Honorários</i>	380,00	0,00	100%
<i>Comissões</i>	9,50	0,00	100%
<i>Outros</i>	281,12	155,23	81%
<i>Serviços Especializados</i>	4.840,62	6.255,23	-23%
<i>Ferramentas e utensílios</i>	28,44	0,00	
<i>Material de Escritório</i>	0,00	175,06	-100%
<i>Materiais</i>	28,44	175,06	-84%
<i>Deslocações e Estadas</i>	0,00	109,50	-100%
<i>Deslocações, estadas e transportes</i>	0,00	109,50	-100%
<i>Rendas e Alugueres</i>	0,00	26.600,00	-100%
<i>Comunicação</i>	215,92	519,30	-58%
<i>Despesas de Representação</i>	0,00	109,50	-100%
<i>Outros Serviços</i>	0,00	7,11	-100%
<i>Serviços Diversos</i>	215,92	27.235,91	-99%
	5.084,98	33.775,71	-85%

Em 2021 os *Fornecimentos e Serviços Externos* da Associação sofreram um decréscimo de 85% quando comparados com o ano de 2020, registando o valor de 5.084,98 euros. Este decréscimo decorre naturalmente do facto de a ABAP ter deixado de suportar encargos relacionados com a gestão diária do parque.

25. GASTOS COM PESSOAL

Em 2021 os *Gastos com Pessoal* suportados pela Associação correspondem aos abonos e encargos relacionados com três colaboradores. Dos dois funcionários que existiam em 2020, um deles esteve ausente por maternidade durante todo o ano de 2021, pelo que apenas recebeu os subsídios de férias e Natal, o que explica grande parte do decréscimo de 47%.



Quanto a administradores, a ABAP teve um novo administrador remunerado entre 1 de dezembro e 16 de dezembro. As senhas de presença de Administradores não remunerados encontra-se na rubrica Remunerações Órgãos Sociais.

Segue-se a Tabela que reflete os gastos suportados com pessoal durante os anos de 2021 e 2020:

Valores em Euros	2021	2020	Varição
Remunerações Órgãos Sociais	344,40	25.165,77	-99%
Remunerações do Pessoal	41.895,20	56.070,57	-25%
Encargos sobre Remunerações	9.091,33	17.772,50	-49%
Seguros de Acidentes no Trabalho	793,30	516,87	53%
Outros Gastos com Pessoal	324,67	176,33	84%
Gastos com acção social	21,01	0	-
	52.469,91	99.702,04	-47%
<i>Número médio de pessoas remuneradas</i>	2	3	
<i>Número de pessoas remuneradas a 31 de Dezembro</i>	2	2	

26. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Em 2021, o valor dos benefícios dos empregados situou-se nos 52.469,91 euros, como se verificou na tabela da nota 26.

Na ABAP, todos os funcionários dispõem de um seguro de saúde que é feito quando entram para a associação.

No Natal também houve cabazes de Natal com produtos produzidos no concelho de Cantanhede.

Relativamente ao número de empregados, houve três empregados ao serviço da ABAP durante 2021. No entanto, a 31 de dezembro, já só constavam na Associação dois deles.

27. IMPARIDADES E REVERSÕES DE DÍVIDAS A RECEBER

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de reporte, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco.

Valores em Euros	2021	2021
Hitaq	377,10	377,10
Matera	68.141,58	68.141,58
Equitermal	13.933,44	13.933,44
Klón	4,57	4,57
Viride in vitro	184,50	184,50
	82.641,19	82.641,19

Durante 2021 não se verificou a necessidade de reconhecer mais imparidades do que as que já foram constituídas até 2020.

Relativamente à Imparidade referente à Matera, aguarda-se o recebimento do valor em dívida durante 2022 por parte de Smart Separations Ltd, a empresa que adquiriu a totalidade das ações da Matera ao Biocant em 29 de outubro de 2021.

28. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A 31 de dezembro de 2021 e de 2020 o detalhe da rubrica *Outros Rendimentos e Ganhos* era o seguinte:

Valores em Euros	2021	2020	Varição
Restantes Investimentos Financeiros	3,11	1.308,94	-100%
Em investimentos não financeiros	7.024,40	7.024,40	0%
Correções relativas a exercícios anteriores	1.709,18	0,00	100%
Imputação de subsídios para investimento	4.500,72	10.163,43	-56%
Outros não especificados	72,00	0,00	-
	13.309,41	18.496,77	-28%

29. OUTROS GASTOS E PERDAS

A Tabela seguinte reflete a evolução e a composição da rubrica *Outros Gastos e Perdas* da ABAP no período de 2021 e 2020, já contextualizados em notas anteriores.

Valores em Euros	2021	2020	Varição
Taxas	0,00	16,19	-100%
Gastos e perdas nos restantes investimentos	0,00	19.089,08	-100%
Correções relativas a períodos anteriores	237,54	0,00	100%
Quotizações	2.331,30	1.781,30	31%
Diferenças de Câmbio Desfavoráveis	0,00	3,44	-100%
Outros	0,00	79,02	-100%
	2.568,84	20.969,03	-88%

30. JUROS, DIVIDENDOS E OUTROS RENDIMENTOS SIMILARES

Durante o ano de 2021 foram reconhecidos juros relativos ao financiamento concedido à Associação Biocant em termos de Suprimentos, os quais correspondem ao valor de 9.520,16 euros.

Valores em Euros	2021	2020
Juros, Dividendos e outros rend. Similares		
Empréstimos por Suprimentos	9.520,16	14.603,77
	9.520,16	14.603,77

31. GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO

Durante 2021 a ABAP não incorreu em Gastos com Perdas de Financiamento, como se pode na Tabela seguinte:

Valores em Euros	2021	2020
Juros de financiamentos suportados		
Contas Caucionadas	0,00	722,12
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
	0,00	722,12

32. SEGUROS


A 31 de dezembro a ABAP detém as seguintes apólices de seguro:

- ✓ Apólice nº 7204614 (Zurich) – relativa ao Seguro Acidentes de Trabalho dos seus colaboradores
- ✓ Apólice nº 13343.0 (Victoria Seguros) – relativa a Seguro de Saúde

33. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

O Conselho de Administração tem acompanhado os desenvolvimentos referentes à pandemia COVID-19, seguindo as informações das entidades competentes. Continuou-se a dar cumprimento aos planos de prevenção/contingência como forma de mitigar o risco de contágio, nomeadamente, a manutenção do conjunto de ações preventivas estabelecidas para proteger a saúde e segurança dos colaboradores assim como de todos os utentes do parque, tendo por base as recomendações da Direção Geral de Saúde.

A atividade da Associação, não sentiu impactos significativos decorrentes desta situação, mas considerando a magnitude e o grau de incerteza que um evento desta natureza envolve existirão necessariamente reflexos negativos cuja quantificação se estima como não sendo significativos.



Num momento em que as perspetivas económicas se tornam ainda mais incertas, altamente dependentes da evolução da pandemia, do ritmo do reajuste necessário entre a oferta e a procura após reabertura da atividade económica e agora com um conflito no seio de dois países com um impacto significativo na economia global, a palavra de ordem é “Prudência”. Embora se projetasse um perfil de recuperação para 2022, o seu ritmo será condicionado pelo impacto da crise pandémica que, consequentemente, condiciona o comportamento dos agentes económicos e a atividade económica, e agora, também, pelo evoluir da situação entre a Ucrânia e Rússia.

Em suma, o processo de saída de uma crise económica e, simultaneamente, sanitária, é desafiador e a resposta da política económica torna-se essencial no controlo da incerteza do período atual e, adicionalmente, no controlo da pandemia. A atuação das políticas nacionais e internacionais continuará a ter um papel fundamental na recuperação e resiliência da economia portuguesa, devendo proteger os setores vitais da economia, promover a retoma do investimento e a correta afetação de recursos.

Atendendo ao setor de atividade, à estrutura de capitais, à flexibilidade de adaptação existente, o Conselho de Administração entende que este evento não coloca em causa o pressuposto da continuidade com base no qual as demonstrações financeiras foram preparadas.



34. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

34.1 DÍVIDAS EM MORA À SEGURANÇA SOCIAL E AO ESTADO

De acordo com o art.º 2º do DL 534/80 de 7 de novembro, declara-se que não existem dívidas em mora à Segurança Social, nem ao Estado.

34.2 HONORÁRIOS TOTAIS FATURADOS DURANTE O PERÍODO PELA SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS RELATIVAS À REVISÃO LEGAL DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Foram faturados pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas no exercício de 2021 honorários no montante de 2.000,00€.

De acordo com o previsto no art.º 66 – A do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a sociedade de revisores oficiais das contas em questão, limitou-se à prestação de serviços de revisão legal de contas e fiscalização da sociedade (fiscal único), correspondendo o total dos seus honorários à revisão legal das contas. Em relação a essa entidade, não faturou nem prestou de quaisquer outros serviços à ABAP, no decorrer do exercício de 2021.

Não foram concedidas, durante o exercício, quaisquer autorizações a negócios entre a associação e a Administração.

35. APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral que o resultado líquido negativo do exercício de 2021, apurado em euros 55.176,04 (cinquenta e cinco mil, cento e setenta e seis euros e quatro cêntimos), seja incorporado em resultados transitados.

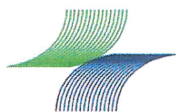
Cantanhede, 23 de fevereiro de 2022

Certificação legal de Contas

Relatório e Parecer do
Conselho Fiscal

Declaração do Órgão de
Gestão

Associação Beira Atlântico Parque



A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'P. L. X.' with a flourish underneath.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS/RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **ABAP – ASSOCIAÇÃO BEIRA ATLÂNTICO PARQUE** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 1.997.992,95 euros e um total de capital próprio de 1.652.104,39 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 55.176,04 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **ABAP – ASSOCIAÇÃO BEIRA ATLÂNTICO PARQUE** em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase sobre a Covid - 19

A Organização Mundial de Saúde declarou em março de 2020 a doença provocada pelo novo coronavírus (“Covid-19”) como pandemia, a qual tem um impacto negativo nas perspetivas da economia global.

Conforme descrito na nota “Factos Relevantes Após o Encerramento do Exercício” do Relatório de Gestão e no ponto 33 do Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados, a entidade não sentiu impactos significativos decorrentes desta situação.

Desta forma, apesar da incerteza quanto ao período de duração da pandemia e respetivos efeitos à escala global, o Conselho de Administração entende que a entidade, dispõe de recursos adequados para manter as suas atividades, atendendo à avaliação que efetuou, não existindo, por outro lado, intenção de cessar as mesmas no curto prazo. Assim, entenderam concluir que o pressuposto da continuidade, utilizado na preparação das demonstrações financeiras da Entidade em 31 de dezembro de 2021, se mantém apropriado.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, nº3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as

EUCLIDES CARREIRA & ASSOCIADO, SROC, LDA

Avenida Cidade Coimbra 92/94 3050-374 - Mealhada – Telef. 231 209 530 Fax. 231 203 168

demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Mealhada, 31 de março de 2022

EUCLIDES CARREIRA & ASSOCIADO, SROC, LDA

Representada por:

Assinado por: **EUCLIDES GONÇALVES CARREIRA**
Num. de Identificação: 04001622
Data: 2022.03.31 17:29:30+01'00'

Euclides Gonçalves Carreira



ROC n.º 755

EUCLIDES CARREIRA & ASSOCIADO, SROC, LDA

Inscrita na O.R.O.C. com o nº 338 * Inscrita na C.M.V.M. com o nº 20200016

NIF: 515770060

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores associados, -----
No dia vinte e oito de março de 2022, reuniu o Conselho Fiscal da **Associação Beira Atlântico Parque**, pelas dez horas, através de meios telemáticos, na sequência do estado de emergência decretado pelo Governo, estando presentes o Dr. Euclides Carreira, o Dr. José Soares e a Enferm. Célia Simões, a fim de apreciar o Relatório de Atividades e Contas do exercício de 2021, bem como os elementos apresentados pelo Revisor Oficial de Contas. -----

A fim de apreciar o Relatório de Atividades e Contas do exercício de 2021, o Conselho Fiscal tomou conhecimento do *draft* da Certificação Legal das Contas emitida pelo Revisor Oficial de Contas, documento que faz parte integrante deste Parecer. O Conselho Fiscal acompanhou ao longo do exercício findo a gestão da Associação e procedeu às verificações entendidas como necessárias. Verificou que os documentos de prestação de contas do exercício de 2021, o Relatório de Atividades, o Balanço e Demonstração dos Resultados, Demonstração de Alterações de Capital Próprio, Demonstração de Fluxos de Caixa e o respetivo Anexo, estão de acordo com as disposições legais e estatutárias. -----

Assim, deliberou por unanimidade emitir o seu parecer: Aprovar as contas do exercício de 2021, compostas por o Relatório de Atividades, o Balanço, Demonstração dos Resultados, as Demonstrações de Variação de Capital Próprio, Demonstrações de Fluxos de Caixa e Anexo, estarem de acordo com as disposições legais e estatutárias, bem como aprovar a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração, que resulta num resultado líquido negativo do exercício de 2021, apurado em 55.176,04 euros (cinquenta e cinco mil euros, cento e setenta e seis euros e quatro cêntimos, que irão ser incorporados em resultados transitados. -----

----- E nada mais havendo a tratar foi dada por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que vai ser assinada todos os presentes.-----



Dr. Euclides Gonçalves Carreira, *Presidente*



Enf. Célia de São José Simões, *Vogal*



Dr. José Manuel Tarelho Soares, *Vogal*

DECLARAÇÃO DO ÓRGÃO DE GESTÃO

31 de março de 2022

À atenção de

Euclides Gonçalves Carreira & Associado, Sroc, Lda

Av.^a Cidade de Coimbra, n^o92/94

3050-374 Mealhada

Exmos. Senhores,

A presente declaração é emitida, a vosso pedido, no âmbito da Revisão Legal de Contas que efetuaram às demonstrações financeiras da **ABAP – ASSOCIAÇÃO BEIRA ATLÂNTICO PARQUE**, (a entidade) relativas ao ano findo em 31 de dezembro de 2021, com a finalidade de expressarem uma opinião, incluída na vossa Certificação Legal das Contas, sobre se as demonstrações financeiras estão apresentadas de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Reconhecemos que é nossa responsabilidade a preparação de demonstrações financeiras que apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, que permita prevenir e detetar eventuais erros ou fraudes.

Confirmamos, tanto quanto é nosso dever conhecer e nossa convicção que:

1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E REGISTOS CONTABILÍSTICOS

- 1.1 Cumprimos as nossas responsabilidades relativas à preparação das demonstrações financeiras de acordo com o normativo contabilístico aplicável. Em particular, as demonstrações financeiras estão apresentadas de forma verdadeira e apropriada de acordo com essas normas.
- 1.2 Os pressupostos significativos por nós usados ao fazer estimativas contabilísticas, incluindo as mensuradas pelo justo valor, são razoáveis.



- 1.3 Todos os atos, operações e condicionalismos respeitantes ao capital social estão adequadamente registados e divulgados nas demonstrações financeiras e foram devidamente registados na Conservatória do Registo Comercial respetiva.
- 1.4 Não existem:
- Violações de leis, contratos ou quaisquer outras normas ou regulamentos, incluindo as relacionadas com a livre concorrência, meio ambiente, higiene e segurança no trabalho e proteção dos consumidores, aplicáveis à Entidade ou ao setor, cujos efeitos devessem ter sido registados nas demonstrações financeiras ou divulgados no Anexo às mesmas;
 - Outros passivos materiais ou ganhos ou perdas contingentes que necessitassem de ser reconhecidos nas demonstrações financeiras ou dados a conhecer no respetivo Anexo;
 - Opções ou acordos de recompra de ações, bem como partes de capital subordinadas ao exercício de opções ou outros acordos;
 - Contratos de opções e de futuros e outros instrumentos financeiros derivados;
 - Acordos para a recompra de ativos previamente vendidos pela Entidade;
- 1.5 A Entidade é plena titular de todos os seus ativos, livres de quaisquer ónus ou encargos, incluindo hipotecas e penhores, não tendo assumido compromissos perante terceiros, para além dos descritos no Anexo às demonstrações financeiras.
- 1.6 Demos-vos conhecimento da identidade das partes relacionadas da Entidade e de todos os relacionamentos e transações com partes relacionadas de que tivemos conhecimento. Os relacionamentos e as transações com partes relacionadas foram apropriadamente contabilizados e divulgados de acordo com os requisitos do normativo contabilístico aplicável.
- 1.7 Todos os acontecimentos subsequentes à data das demonstrações financeiras e relativamente aos quais o normativo contabilístico aplicável exige ajustamento ou divulgação foram ajustados ou divulgados.
- 1.8 Tomámos conhecimento da minuta da vossa Certificação Legal das Contas que inclui uma opinião sem reservas e com uma ênfase.

“Ênfase sobre a Covid - 19

A Organização Mundial de Saúde declarou em março de 2020 a doença provocada pelo novo coronavírus (“Covid-19”) como pandemia, a qual tem um impacto negativo nas perspetivas da economia global.

Conforme descrito na nota “Factos Relevantes Após o Encerramento do Exercício” do Relatório de Gestão e no ponto 33 do Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados, a entidade não sentiu impactos significativos decorrentes desta situação.

Desta forma, apesar da incerteza quanto ao período de duração da pandemia e respetivos efeitos à escala global, o Conselho de Administração entende que a entidade, dispõe de recursos adequados para manter as suas atividades, atendendo à avaliação que efetuou, não existindo, por outro lado, intenção de cessar as mesmas no curto prazo. Assim, entenderam concluir que o pressuposto da continuidade, utilizado na preparação das demonstrações financeiras da Entidade em 31 de dezembro de 2021, se mantém apropriado.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.”

2. INFORMAÇÃO DISPONIBILIZADA

2.1 Disponibilizámos-vos:

- Acesso a toda a informação para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras, como registos, documentação e outras matérias;
- A informação adicional que nos pediram para efeito da auditoria;
- Acesso sem restrições às pessoas da Entidade junto das quais consideraram necessário obter prova de auditoria; e
- Outra informação que entendemos ser relevante para a realização da Vossa Auditoria.

2.2 Todas as transações foram registadas nos registos contabilísticos e estão refletidas nas demonstrações financeiras.

2.3 Demos-vos conhecimento dos resultados da nossa avaliação do risco de as demonstrações financeiras poderem estar materialmente distorcidas em consequência de fraude.

2.4 Não temos conhecimento de situações relacionadas com fraudes ou outras situações de irregularidade que possam ter efeito relevante nas demonstrações financeiras envolvendo os administradores ou empregados.

2.5 Demos-vos conhecimento de todos os casos conhecidos de incumprimento ou de suspeita de incumprimento de leis e regulamentos cujos efeitos devam ser considerados na preparação de demonstrações financeiras.

- 2.6 Demos-vos conhecimento de todos os litígios e reclamações conhecidas reais ou potenciais cujos efeitos devam ser considerados na preparação das demonstrações financeiras, tendo os mesmos sido contabilizados e divulgados de acordo com o normativo contabilístico aplicável. Não temos conhecimento de quaisquer litígios ou ações em que a Entidade esteja envolvida para além das situações de que vos demos conhecimento.
- 2.7 Foram cumpridas as obrigações fiscais e parafiscais. As responsabilidades respeitantes a impostos e contribuições, vencidas ou não, diferidas ou contingentes (verbas de impostos e contribuições, multas e coimas e juros contados até à data do balanço) estão integral e apropriadamente escrituradas ou divulgadas. Foram igualmente cumpridas todas as obrigações impostas pela legislação relativa ao planeamento fiscal abusivo, que estabelece deveres de comunicação, informação e esclarecimento às autoridades fiscais.
- 2.8 Confirmamos-vos que, para efeitos da prevenção e investigação de eventuais operações suscetíveis de ser qualificadas como de branqueamento de capitais ou de financiamento de terrorismo, a Entidade dispõe de um sistema de controlo interno adequado e os nossos responsáveis e demais colaboradores encontram-se devidamente preparados para dar cumprimento às normas emitidas sobre esta matéria, designadamente as que decorrem da Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto. Não temos conhecimento de qualquer situação que configure eventuais operações suscetíveis de ser qualificadas como de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo nos termos da Lei em vigor sobre a matéria e confirmamos ainda que, até à presente data, não ocorreram quaisquer situações desta natureza que requerem ser reportadas às autoridades competentes.
- 2.9 Colocámos à vossa disposição os livros de atas das reuniões dos órgãos sociais da Entidade e os resumos de todas as deliberações tomadas por esses órgãos em reuniões recentes e relativamente às quais ainda não foram preparadas as respetivas atas.
- Confirmamos que a última reunião realizada pelo Conselho de Administração foi a reunião do dia 23 de março de 2022 – ata nº1/2022.
- Confirmamos que a última reunião realizada pela Assembleia Geral foi a reunião do dia 31 de março de 2022 - ata nº 1/2022.
- Confirmamos que a última reunião realizada pelo Conselho Fiscal foi a reunião do dia 28 de março de 2022
- 2.10 Não temos conhecimento da existência de situações resultantes de inspeções, litígios ou outras situações contenciosas relativamente à área fiscal e parafiscal, nem de eventuais correções das declarações da Entidade, resultantes da possibilidade das autoridades efetuarem a sua revisão, que possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras.
- 2.11 Os prejuízos resultantes de eventuais sinistros que possam ocorrer, incluindo os que possam afetar a continuidade das operações, estão cobertos por seguros contratados por capitais suficientes.



2.12 Não temos projetos ou intenções:

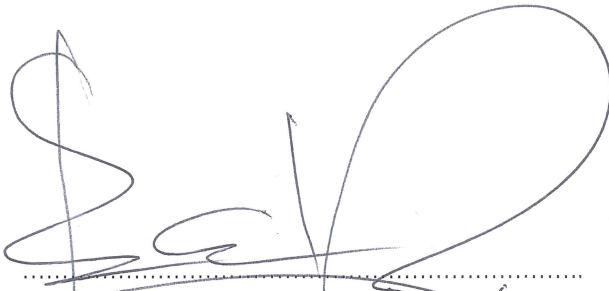
- que possam afetar de uma forma significativa a classificação ou o valor por que se encontram refletidos os ativos e passivos constantes das demonstrações financeiras;
- que possam pôr em causa a continuidade das operações da Entidade;
- de abandonar ou reduzir atividades, ou quaisquer outros planos ou intenções dos quais possam resultar excessos, obsolescência ou perda de valor de inventários, nem perdas de valor de ativos.

2.13 Confirmamos que não existem acordos verbais que possam ter efeito material nas quantias reportadas nas demonstrações financeiras.

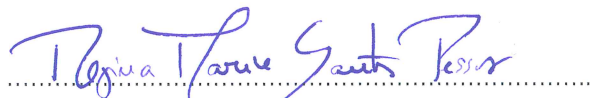
2.14 Não existem compromissos assumidos com transações futuras que possam originar responsabilidades para a Entidade.

Sem outro assunto, subscrevemo-nos,

O Órgão de Gestão



Pedro António Vaz Cardoso
Presidente Conselho de Administração



Regina Marise dos santos Pessoa
Administradora